

INTERESSADOS: ALCEU APARECIDO MACHADO e RUBENS LASSA NICOLETTI  
ASSUNTO : Pedido de equivalência de estudos realizados em curso de aprendizagem de Escola SENAI  
RELATOR : Conselheira Maria de Lourdes M. Haidar  
PARECER Nº 2805/74, CPG; Aprovado em 25 / 09 / 74 Com. ao Pleno  
em 20 / 11 / 74 (Proc. 1485 / 74)  
I - RELATÓRIO (proc. 1466/74)

## 1. HISTÓRICO

1.1 ALCEU APARECIDO MACHADO, filho de Benedito Machado e de Maria Francisca de Souza Machado, nascido em São Paulo, a 16 de agosto de 1957, e RUBENS LASSA NICOLETTI, filho de Arnaldo Nicoletti e de Isabel Nicoletti, nascido em São Paulo, a 10 de junho de 1956, tendo concluído o Curso de Aprendizagem Industrial na Escola SENAI "Roberto Simonsen", solicitam pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos, visando a prosseguir-los no ensino regular de 1º grau.

1.2.1 curso primário, com 4 (quatro) séries;

1.2.2 Curso de Aprendizagem Industrial, com 3(três) "graus", na Escola SENAI "Roberto Simonsen" onde estudaram: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências(Físicas e Biológicas), Desenho, Estudos Sociais (História do Brasil e Geografia do Brasil), Educação Moral e Cívica, Educação Física e Prática de Oficina;

1.2.3 em 30 de dezembro de 1974 receberam o certificado de Aprendizagem correspondente à conclusão do Curso "Ajustador Mecânico".

1.3 A documentação escolar está em ordem e atende às exigências da Resolução CEE - nº 19/65

PROCESSOS CEE- Nº 1485/74, 1486/74 PARECER CEE-Nº 2805 /74

## 2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal nº 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal nº 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal nº 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-nº 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-nº 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

PROCESSOS CEE - N°s 1485/74 e 1486/74            PARECER N° 2805/74

2.5 O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo - correspondia a um "termo" atual.

2.6 Os requerentes realizaram curso de aprendizagem com duração de 3 "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de 3 "termos", ou ainda de 3 "séries. Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto, ao mínimo previsto no Parágrafo único do Artigo 12, Deliberação CEE- n° 14/73, isto é, 720 horas/aula, (2880 : 4 séries - 720 horas/aula, por série).

2.7 O elenco de matérias do currículo do curso que os interessados realizaram é equivalente ao previsto pela Resolução CFE-n° 8/71.

2.8 Há vários pareceres desta Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

## II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de que este Conselho reconheça os estudos realizados por Alceu Aparecido Machado Rubens Lessa Nicoletti no curso de aprendizagem ministrado na Escola SENAI "Roberto Simonsen", como equivalentes aos cumpridos na 7ª série, podendo-se portanto, autorizar-lhes a matrícula na 8ª série do ensino do 1º grau.

A escola que acolher a matrícula dos interessados deverá submetê-los a processo de adaptação em Geografia Geral e História Geral, caso estas disciplinas não constem do currículo da série, e nas demais disciplinas em que tal processo seja considerado necessário.

São Paulo, 25 de setembro de 1974

a) Conselheira Maria de Lourdes Mariotto Haidar  
Relatora

## III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, no uso de sua competência, deferida pela Deliberação de 09 de outubro de 1973, adota como seu Parecer, por deliberação aprovada na sessão hoje realizada, a conclusão do Voto da Nobre Conselheira.

Presentes os Nobres Conselheiros, Eloysio Rodrigues da Silva, João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada L. Monteiro e Maria de Lourdes Mariotto Haidar.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1974

a) Conselheiro Eloysio Rodrigues da Silva.  
Presidente em exercício.